

Propostas dividem secretários

Diário Público JORNAL DE BRASÍLIA

Depois de dois dias de reuniões para discutir a proposta do Governo Federal para renegociação das dívidas estaduais com o Governo Federal, incluída no Emendão, os secretários de Fazenda dos Estados se dividiram e chegaram a poucos consensos. O principal deles foi o apoio às emendas constitucionais que limitam os gastos de pessoal dos estados e municípios a um máximo de 60% de suas arrecadações e que prevê a possibilidade de se reduzir salários dos servidores públicos. A divisão aconteceu porque cada Estado tem uma situação financeira diferente.

Houve divergências profundas quanto à criação do Fundo que será formado com dinheiro de transferências constitucionais, do PIS-Pasep e parte da arrecadação de ICMS. Esse fundo seria usado no pagamento de parte das dívidas estaduais, hoje calculadas em US\$ 57 bilhões. "O fundo só interessa ao Governo Federal, já que ele juntaria cerca de US\$ 7 bilhões no caixa da União", sentenciou o Secretário da Fazenda de São Paulo, Frederico Mazzucchelli. Já o Secretário de Planejamento de Mato Grosso, Antônio Eugênio Belluca, concordou com a criação do Fundo e manifestou opinião de que, no final, os estados acabarão renegociando suas dívidas com a União por regiões. "Os problemas das regiões são parecidos e isso facilitaria um acordo", disse.

Contraproposta

No final, os estados decidiram fazer, nos próximos dias, uma contraproposta ao Ministério da Fazenda que inclui apenas pontos básicos da renegociação. Eles querem pagar as dívidas no mínimo em 30 anos e com juros de no máximo 5% ao ano mais Taxa Referencial. No Emendão, o Governo propõe um prazo de 20 anos e juros de 6% ao ano mais a TR. Os Estados querem uma carência de dois anos para fazer seu ajuste econômico-financeiro, enquanto o ministro Márcilio Moreira havia proposto seis meses. Ontem mesmo os secretários do Norte e Centro-Oeste se



Secretários estaduais da Fazenda encerraram ontem o encontro

cional de Fazenda, Luís Fernando Wellisch, e ouviram que a União está disposta a esticar os prazos, mas, com certeza, a consequência será investimentos menores do Governo Federal nos próximos anos.

A contraproposta foi elaborada pelos Secretários depois de dois dias de reunião na Granja das Águas Claras, em Brasília. O resultado do encontro que durou dois dias será encaminhado aos governadores e, na próxima semana, oficialmente, ao Secretário Nacional da Fazenda, Luiz Fernando Wellisch.

A possibilidade de se demitir funcionários públicos, assunto que teve apoio dos governadores há 10 dias, ontem já não obteve consen-

so. Os secretários do Rio de Janeiro, Cibilibs Viana, e do Rio Grande do Sul, Orion Harter Cabral, discordaram da tese de se mudar a Constituição para acabar com a estabilidade de emprego do funcionalismo.

De forma geral, os estados se dividiram entre os muitos endividados, os que têm baixo endividamento e aqueles que hoje gastam cerca de 15% de sua arrecadação com encargos da dívida. São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, todos com elevada dívida mobiliária, se alinharam e propuseram trocar seus títulos que giram pelo mercado por títulos do Banco Central.